

Sindsep/MA realiza reunião do Conselho Deliberativo

O Sindsep/MA realiza amanhã, 24, às 9h, mais uma reunião do Conselho Deliberativo da entidade.

A atividade vai acontecer através de vídeo Conferência com a proposição de discutir e deliberar sobre a PEC-32 (Reforma Administrativa), análise de conjuntura e informes.

O sindicato convidou o advogado, Guilherme Zagalo, para explanar sobre a PEC-32, seus impactos e efeitos para os servidores públicos federais.

O LINK de acesso para a reunião estará disponível amanhã, 24, na página do Sindsep/MA (sindsep.org.br).

REUNIÃO VIRTUAL

CONSELHO DELIBERATIVO

Dia 24/02 (Quarta), 9h.

Pauta

1- Debate sobre a PEC-32 (Reforma Administrativa) com o adv. Guilherme Zagalo; 2- Conjuntura; e 3- Informes.

Link: meet.google.com/hte-mmda-eee



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

Lava Jato: delegada da Polícia Federal assinou depoimento que não existiu

Novos diálogos revelados no âmbito da operação Spoofing foram enviados, nesta segunda-feira (22), ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As falas revelam que delegados da Polícia Federal forjaram e assinaram depoimentos que não existiram. O objetivo era auxiliar os procuradores integrantes da operação Lava Jato, em Curitiba. Em troca de mensagens com o colega Orlando Martello Júnior, em janeiro de 2016, Deltan Dallagnol cita uma delegada.

“Como expõe a Erika: ela entendeu que era pedido nosso e lavrou termo de depoimento como se tivesse ouvido o cara, com escrivão e tudo, quando não ouviu nada... Dá no mínimo uma falsidade... DPFs (delegados da PF) são facilmente expostos a problemas administrativos”, escreveu Dallagnol.

Martello Júnior demonstra preocupação com a reiteração de tais práticas: “se deixarmos barato, vai banalizar”, disse em uma mensagem, para depois apresentar uma solução. “Podemos combinar com ela de ela

deixou o governo de Jair Bolsonaro. nos provocar diante das notícias do jornal para reinquiri-lo ou algo parecido. Podemos conversar com ela e ver qual estratégia ela prefere. Talvez até, diante da notícia, reinquiri-lo de tudo. Se não fizermos algo, cairemos em descrédito”. As grafias originais de todas as postagens foram mantidas.

Prática “contumaz”

A defesa de Lula disse, no documento enviado ao STF, que “o uso de termos de depoimentos forjados no intuito de atender aos interesses da ‘lava jato’, segundo consta nas mensagens analisadas, era algo contumaz”. Nos diálogos, os procuradores não revelam o sobrenome da delegada. Uma policial federal chamada Erika Marena trabalhou na força tarefa e era coordenadora das investigações.

Erika foi convidada por Sergio Moro para fazer parte de sua equipe no Ministério da Justiça, no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça, e depois saiu da pasta quando o ex-juiz

deixou o governo de Jair Bolsonaro.

Não é possível, porém, afirmar que os procuradores se referem a ela, apesar dos indícios.

“Ao invés de mostrar qualquer perplexidade com a situação, até porque é função institucional do Ministério Público realizar o controle externo da atividade policial, o procurador da República Orlando Martello revela, ainda, que tal prática – de forjar depoimentos – já ocorrera ‘com padilha e outros’”, dizem os advogados de Lula.

“Foi assim q construíram a acusação contra Lula: com depoimentos forjados. E foi assim que destruíram o sistema de justiça e elegeram Bolsonaro. Não há mais como adiar a anulação de todos os processos da Lava Jato contra Lula”, escreveu a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) no Twitter.

Há duas semanas, a Segunda Turma do STF, por maioria de 4 a 1, manteve liminar que deu à defesa de Lula acesso às mensagens trocadas entre o ex-juiz Sergio Moro e procuradores da Lava Jato de Curitiba.

Fonte: CUT

DESMONTE NÃO É REFORMA.

Responda a ENQUETE e ajude-nos a otimizar a luta contra o desgoverno Bolsonaro.





Fonasefe lista motivos que unem ativos e aposentados contra PEC 32/20

O governo tem vendido a ideia de que a PEC 32/20 afetará somente os novos servidores e não aqueles que estão na ativa, mas não é isso que está no texto da proposta já enviada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. A Reforma acaba, na prática, com a possibilidade do servidor ter uma progressão justa em sua carreira, cria uma avaliação que será baseada em metas desproporcionais e permite ao chefe do Executivo realocar e mesmo demitir servidores por critérios arbitrários, sem a necessidade de autorização por lei. Do jeito que a perseguição política, o assédio moral e sexual permeiam o serviço público na atualidade, podemos contar com o dobro disso caso aprovada a reforma Administrativa.

Além disso, servidores já aposentados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) também serão afetados, caso ela seja aprovada pelo Congresso. Hoje, o índice de reajuste salarial dos servidores da ativa é repassado automaticamente às aposentadorias do RPPS. A Reforma acaba com essa paridade e os aposentados ficarão à própria sorte para conseguir reajustes. A PEC 32 ainda prevê que os novos servidores contribuirão ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e não ao RPPS. Dessa forma, as contribuições desses novos servidores deixarão de abastecer o regime dos atuais aposentados e serão encaminhadas ao INSS, o que vai gerar um colapso no RPPS e, provavelmente, o seu fim, forçando uma privatização já em curso.

Decreto inconstitucional

Exemplo recente da tentativa desse desmonte está no decreto

10.620/21, publicado pelo governo no último dia 5, para alterar a forma de concessão e manutenção das aposentadorias e pensões do RPPS. Segundo parecer técnico da assessoria jurídica da Condsef/Fenadsef, o decreto é ilegal e inconstitucional. Para o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, a ideia do governo Bolsonaro é complicar ainda mais a vida dos aposentados e pensionistas. Primeiro porque qualquer problema terá que ser resolvido em Brasília e, segundo, o servidor perde o vínculo com o órgão de origem, ou seja, sai do plano de carreira e deixa incerto como será a concessão de reajustes.

As consequências desse colapso no Regime Próprio de Previdência Social são imprevisíveis. A mais plausível é a falta de dinheiro para pagar os benefícios de quem já parou de trabalhar. A concessão das aposentadorias e pensões por meio do Sipec e do INSS também tendem a aumentar ainda mais o prazo de liberação do benefício. Hoje, são mais de 620 mil aposentados e pensionistas da União em todo o Brasil e existe potencialmente um número expressivo de servidores prestes a se aposentar. Por vários motivos, para o Fonasefe, a PEC 32 representa uma facada nas costas desferida pelo governo e pela maioria dos parlamentares do Congresso Nacional a quem dedicou a vida ao serviço público.

Unidade contra o desmonte do Estado brasileiro

O envio da PEC 32 à CCJ e a composição política do Congresso Nacional apontam para a necessidade dos servidores públicos se organizarem no intuito de barrar esse projeto não de reforma, mas de desmonte completo do Estado brasileiro.

Nessa terça-feira, às 8h30, o Fonasefe realiza uma reunião ampliada com representantes dos fóruns estaduais de servidores públicos e outras entidades interessadas para organizar a luta em defesa do serviço público.

População brasileira será grande prejudicada

O ataque que a reforma Administrativa representa não se restringe aos cerca de 12 milhões de servidores federais, estaduais e municipais do Brasil. O desinvestimento no setor afeta a todos os brasileiros que necessitam de serviços públicos. Ou seja, toda a população. Isso porque todos os brasileiros e brasileiras, desde o momento que nascem e por todas as suas vidas, utilizam os serviços e políticas públicas sejam administrados pelo Estado ou regulados por ele. São hospitais, serviço de vacinação, escolas, produção de alimentos, energia elétrica, segurança, produção e distribuição de combustíveis, entre vários outros.

O governo Jair Bolsonaro tem como projeto político promover o desmonte do setor público para repassar para a iniciativa privada áreas de serviços essenciais à população. Com a eleição de dois aliados para a presidência na Câmara Federal (Arthur Lira/Progressistas) e no Senado (Rodrigo Pacheco/DEM) e com a sinalização de reforma ministerial para agradar seus aliados no Congresso Nacional, o governo tentará aprovar tudo o que não conseguiu nos seus dois primeiros anos de governo. São projetos que prejudicam o Brasil como um todo.

Fonte: Condsef